

dominante na Europa, mas não em Portugal, era a burguesia; a divisão mundial do trabalho fizera das áreas coloniais fornecedoras de matérias-primas, além de alimentícios, que a Europa podia produzir em parte, mas que eram produzidos fora dela em melhores condições econômicas, quanto ao custo; a população européia crescia muito e começava a concentrar-se nas áreas urbanas. Quando a classe dominante brasileira empresa a autonomia e a realiza com o mínimo de alterações, transfere, na realidade, da fase anterior à fase posterior uma estrutura colonial de produção. A situação colonial, por força da mudança das condições, é muito mais caracterizada no campo econômico pelo modo de produzir as mercadorias e pela escolha das mercadorias a produzir do que no campo político, pela subordinação a determinada metrópole.

A fase em que se processou a independência foi de declínio na renda nacional.<sup>28</sup> A estruturação do Estado, no Brasil, no terceiro decênio do século XIX, foi tarefa extremamente difícil e na qual a classe dominante colocou seu esforço máximo, excluindo de participação aquelas camadas que haviam colaborado para a luta. Numa fase em que a única saída para a crise estava no aumento da exportação, taxar a exportação era fazer com que a classe dominante, empresária da independência, arcasse com a maior parte dos ônus de manutenção do aparelho de Estado. E ela preferia, naturalmente, transferir a totalidade de tais ônus

<sup>28</sup> "A experiência dos anos vinte — primeiro decênio de vida independente — é ilustrativa e explica grande parte das dificuldades dos dois decênios subsequentes. Nesse período, o governo central não consegue arrecadar recursos, através do sistema fiscal, para cobrir sequer metade dos seus gastos, agravados com a guerra na Banda Oriental. O financiamento do *déficit* se faz principalmente em emissão de papel-moeda, mais que duplicando o meio circulante durante o referido decênio. Dadas as pequenas dimensões da economia monetária, seu alto coeficiente de importação e a impossibilidade de elevar a tarifa aduaneira, os efeitos das emissões de papel-moeda se concentravam na taxa de câmbio, duplicando o valor em mil réis da libra esterlina entre 1822 e 1830. A forma de financiar o *déficit* do governo central com emissões de papel-moeda e a elevação relativa dos preços dos produtos importados — provocada pela desvalorização externa da moeda — incidiam particularmente sobre a população urbana. A grande classe de senhores agrícolas, que em boa medida se auto-abasteciam em seus domínios e cujos gastos monetários o sistema de trabalho escravo amortecia, era relativamente pouco afetada pelos efeitos das emissões de papel-moeda. Esses efeitos se concentravam sobre as populações urbanas de pequenos comerciantes, empregados públicos e do comércio, militares, etc. (...) A baixa nos preços das exportações brasileiras, entre 1821-30 e 1841-50, foi de cerca de 40 por cento. No que respeita a importações, o índice de preços das exportações da Inglaterra constitui uma boa indicação. Esse índice, entre os dois decênios referidos, manteve-se perfeitamente estável. Pode-se, portanto, afirmar que a queda do índice dos termos de intercâmbio foi de, aproximadamente, 40 por cento, isto é, que a renda real gerada pelas exportações cresceu 40 por cento menos que o volume físico destas. Como o valor médio anual das exportações subiu de 3.900.000 libras para 5.470.000, ou seja, um aumento de 40 por cento, depreende-se que a renda real gerada pelo setor exportador cresceu nessa mesma proporção, enquanto o esforço produtivo realizado nesse setor aproximadamente dobrara. Os dados referidos no parágrafo anterior constituem uma indicação bastante clara de que a renda real *per capita* declinou sensivelmente na primeira metade do século XIX". (Celso Furtado: *Formação Econômica do Brasil*, Rio, 1959, p. 119 e 131).